



GT 017. Antropologia das Relações Humano-Animal

Andréa Barbosa, Osório Sarandy (UFF) -
Coordenador/a, Flávio Leonel Abreu da Silveira
(UFPA) - Coordenador/a

O campo das relações humano-animal, ou Animal Studies, teria emergido na década de 1970 em meio a movimentos de proteção animal que, não obstante, remontam ao século XIX. Na verdade, os animais participam das análises antropológicas há muito tempo. Algumas análises identificaram dois paradigmas correntes: um que pode ser chamado de materialista, em busca do animal "real"; e outro semiótico, pós-estruturalista ou simbólico, em busca de representações. Mais recentemente, a emergência de reflexões sobre o perspectivismo ameríndio realçou a centralidade dos animais em aspectos da vida religiosa e cosmológica de populações ameríndias, com um forte impacto nas conhecidas relações entre natureza e cultura. O presente Grupo de Trabalho pretende ser um espaço para reflexões teóricas e pesquisas empíricas acerca das relações entre animais humanos e não humanos, a partir de um viés antropológico. Serão aceitos trabalhos tanto sobre as percepções simbólicas quanto sobre relações concretas materiais entre ambos. Entre eles, destacam-se produções voltadas aos animais de estimação, de abate, de tráfico, animais da fauna silvestre brasileira ou estrangeira, caça, criações, rinhas, concursos, turismo, animais de laboratório; em meio urbano, rural ou entre populações ameríndias e mesmo fora do continente americano; relações cotidianas, científicas, religiosas, alimentares, ideológicas, morais, artísticas, legislativas, políticas públicas, saúde, entre outras possibilidades.

A pesca do boto

Autoria: Olavo Ramalho Marques

Neste work, apresento uma pesquisa etnográfica acerca das práticas dos pescadores artesanais na chamada "pesca do boto" ou "pesca com o boto" na Barra do Rio Tramandaí – modalidade de pesca em que lançam mão de tarrafas (redes circulares) e pescam tainhas em conjunto com os golfinhos-nariz-de-garrafa, popularmente chamados de botos pela população local. Este work é produzido em meio a um amplo projeto de pesquisa e extensão realizado por uma equipe composta, entre professores e estudantes de graduação e pós-graduação, por biólogos, cientistas sociais, geógrafos e profissionais da área do desenvolvimento. Apresenta-se aqui considerações sobre tal prática a partir da produção de imagens em vídeo visando à construção de um documentário etnográfico que valoriza as narrativas, os saberes e percepções ambientais de pescadores artesanais, em suas relações com os botos. A pesca, reconhecida como "pesca cooperativa", se dá onde a foz do rio Tramandaí junto ao Oceano Atlântico compõe um estuário que delimita a fronteira entre Tramandaí e Imbé, municípios do Litoral Norte do Rio Grande do Sul/Brasil e que fazem parte da rede urbana reconhecida oficialmente como Aglomeração Urbana do Litoral Norte. Cenário sui generis que condensa as características territoriais do Litoral Norte - em termos de tecido urbano, densidade habitacional, verticalização das construções, planos de desenvolvimento urbano, sociabilidades e usos para turismo e lazer -, a Barra se configura como fronteira física e simbólica entre as cidades. São cidades pequenas, com processos acelerados de transformação urbana e marcadas por uma ocupação sazonal muito diferenciada, já que a região atrai milhares de turistas e veranistas vindos da capital e outras regiões do estado nos meses de verão, nos quais a população total pode chegar ao triplo da população permanente. Nesse contexto, a pesca da tainha envolve técnicas e saberes que atravessam gerações de pescadores (e botos). Os pescadores, em suas narrativas biográficas, remontam a memórias e trajetórias de vida que conduzem à compreensão de uma singularidade identitária enquanto grupo - são pescadores artesanais "de tarrafa", que pescam "com o boto" - e enquanto portadores de saberes únicos: quanto aos botos (seu comportamento, suas relações intergeracionais, suas reações quanto às ações humanas), bem como quanto ao ambiente (seus ventos,



marés, ciclos das águas) e suas transformações, especialmente quanto aos problemas e conflitos envolvidos nas dinâmicas sazonais e no crescimento urbano. Assim, em termos da projeção de futuros, ganha especial relevo em suas reflexões uma dramática em torno das (im)possibilidades de perpetuação desta prática.



Boas Vindas

A Associação Brasileira de Antropologia e a Universidade de Brasília dão as boas-vindas aos participantes da 31ª Reunião Brasileira de Antropologia! O encontro será realizado entre 9 e 12 de dezembro deste ano e traz como temática geral “Direitos Humanos e Antropologia em Ação”.

O início da nossa RBA se fará em contexto que precederá não só o novo governo eleito, como a nova Legislatura. Sua realização em Brasília permitirá dar maior visibilidade aos debates e reflexões antropológicas sobre os Direitos Humanos no Brasil.

Teremos atravessado o ano eleitoral que terá adicionado maior tensão ao atual contexto político. Hoje, estamos diante da crise econômica, do aumento das forças conservadoras e do decréscimo substantivo dos recursos financeiros necessários ao desenvolvimento da ciência e tecnologia, em especial das ciências humanas.

A temática desta Reunião visa refletir sobre a atual situação e o futuro dos Direitos Fundamentais inscritos na Constituição de 1988. Estão em risco os direitos ao reconhecimento e à territorialidade de indígenas, quilombolas e povos tradicionais, e aos direitos ambientais.

Da mesma forma, o Congresso Nacional alcunhou o conceito de gênero, de “ideologia de gênero” e retirou do Plano Nacional de Educação 2014/2020 as referências a procedimentos e medidas educacionais que visavam combater a discriminação de gênero. Deixou-se assim a descoberto no Plano educacional, ganhos importantes das movimentações sociais feministas, das movimentações pelos direitos à diversidade sexual, e das movimentações sociais pelo combate ao racismo que, de forma múltipla e/ou compartilhada, estimulavam e consolidaram estudos da interseccionalidade de gênero, sexualidade, raça e classe.

Depois de vários anos, pela terceira vez, (a primeira em 1984, a segunda em 2000), a Reunião será realizada na Universidade de Brasília. De 2000 para cá expandiram-se os programas de pós-graduação, departamentos e unidades que incorporam antropólogos/as em seu corpo docente e que incorporam conhecimentos antropológicos no seu ensino. Em especial, expandiu-se a incorporação de estudantes indígenas e de estudantes negros/as, pardos/as e de estudantes advindos das escolas públicas, nos cursos de graduação e nos de pós-graduação.

Contaremos com o apoio, não somente das áreas onde se congregam tradicionalmente os antropólogos/as, mas também dessas múltiplas áreas de ensino que na UnB se expandiram pela nucleação de estudos que incorporam a Antropologia nas áreas de saúde coletiva, artes visuais, educação e nos estudos que se dedicam aos povos tradicionais e questões ambientais.

Contaremos com o apoio relevante do Departamento de Antropologia e do seu Programa de Pós-graduação em Antropologia Social (PPGAS) criado o Mestrado em 1972, e, em 1981, o doutorado. O PPGAS se orgulha em manter os níveis mais altos da avaliação da CAPES através da prontidão contínua de seus/suas docentes e discentes.

Teremos o apoio do Instituto de Ciências Sociais (ICS), e de seus/suas docentes e discentes. Congrega os Departamentos de Antropologia (DAN), Sociologia (SOL) e Estudos Latino- Americanos (ELA). O ICS é responsável pelo curso de Ciências Sociais e suas habilitações em Antropologia (Bacharelado), Sociologia (Bacharelado) e



Ciências Sociais (Licenciatura) e pelos Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Programa de Pós-Graduação em Estudos Comparados sobre as Américas.

Teremos também o apoio do Centro de Desenvolvimento Sustentável (CDS), que oferece o curso de Mestrado em Sustentabilidade junto aos Povos e Terras Tradicionais (MESPT); o apoio da área de Saúde Coletiva da Faculdade de Ceilândia (FCE); da Faculdade de Saúde Coletiva (FS); da Faculdade de Educação (FE); do Instituto de Artes (IDA) e o forte apoio da Reitoria e da Administração Superior da UnB.

Brasília é um dos espaços que mais abriga antropólogos e antropólogas que desenvolvem atividades profissionais em órgãos do Estado, em órgãos da Justiça e do Ministério Público e em organizações não governamentais. Esse cenário permitirá sua forte contribuição aos debates e a maior visibilidade da área.

E, por fim, Brasília cada vez mais se apresenta como uma cidade com importância turística, ambiental, qualidade de vida e relevância dos movimentos sociais.

Um grande abraço de Boas Vindas,

Lia Zanotta Machado - Presidenta da ABA
Diretoria da ABA 2017/2018
Comissão Organizadora da 31ª RBA

Realização:



Apoio:



Organização:

